

CHANCELARIA DE ESTADO

Comunicação governamental

Peter Buri

Porta-voz do governo
Edifício do Governo, 5001 Aarau
Telefone directo 062 835 12 03
Móvel 079 216 29 80
peter.buri@ag.ch
www.ag.ch/sk

9. Dezember 2022

MEDIA RELEASE

Falta de electricidade: Governo cantonal crítico das interrupções da rede, controlos das empresas privadas não proporcionais

Declaração cantonal sobre projectos de portarias federais sobre medidas de gestão de electricidade

O cantão de Aargau publicou a sua declaração sobre os projectos de portarias do governo federal para o caso de falta de electricidade. Em princípio, o conselho governamental congratula-se com as medidas para evitar apagões descontrolados. No entanto, o conselho governamental exige, entre outras coisas, que não sejam efectuados controlos sobre restrições e proibições à utilização de electricidade no sector privado, uma vez que estas não seriam proporcionais. Reitera também a sua posição de que as paragens cíclicas da rede, que não podem ser implementadas de acordo com os conceitos actuais, devem ser dispensadas. Em vez disso, uma situação de escassez de electricidade deveria ser gerida com quotas aumentadas mas diferenciadas. Além disso, a compensação de trabalho a tempo reduzido deve ser continuada da mesma forma que durante a pandemia de coronavírus.

Numa carta datada de 23 de Novembro de 2022, o Departamento Federal de Abastecimento Económico Nacional (FONES) convidou os governos cantonais a comentarem vários projectos de portaria relacionados com a iminente escassez de electricidade: sobre restrições e proibições à utilização de energia eléctrica, sobre a quota imediata de energia eléctrica, sobre a quota de energia eléctrica, sobre a desconexão das redes eléctricas para assegurar o abastecimento de electricidade, e sobre a alteração de uma disposição da Lei Nacional de Abastecimento. O cantão de Aargau publicou a sua declaração hoje, sexta-feira, 9 de

Dezembro de 2022 (ver abaixo o link para a declaração detalhada).

Não há nenhuma clarificação quanto a faltas

Apesar das melhores perspectivas para a situação de abastecimento neste Inverno, o Conselho de Governo considera importante analisar mais de perto possíveis medidas para evitar os efeitos de uma escassez, no sentido de planos de contingência. A disponibilidade das centrais nucleares em França, bem como a duração e gravidade do Inverno continuam a ser um risco de escassez de electricidade, apesar das instalações de armazenamento de gás natural actualmente bem cheias noutros países europeus e dos níveis de armazenamento acima da média nos reservatórios suíços. Além disso, são também de esperar carências nos próximos Invernos, em resultado da falta de abastecimento de gás russo, do envelhecimento dos parques de centrais nucleares na Suíça e no estrangeiro, e da crescente incerteza na produção e armazenamento de electricidade em centrais hidroeléctricas baseadas na chuva e na neve.

Sem controlos no sector privado

Com a Portaria sobre Restrições e Proibições ao Uso de Energia Eléctrica e os seus anexos, numerosas acções quotidianas são proibidas ou restringidas. As violações devem ser processadas e punidas de acordo com a Lei Nacional de Abastecimento. Do ponto de vista do conselho governamental, as restrições e proibições no sector privado devem aplicar-se exclusivamente como apelos à poupança e, portanto, não devem ser punidas como violações; conseqüentemente, não deve haver controlos no sector privado. Em vez disso, as restrições e proibições na esfera privada devem ser incluídas no nível a montante da medida "apelo à poupança".

Caso a Confederação continue a perseguir as violações das proibições e restrições de utilização nesta ou noutras áreas, é imperativo que sejam criadas disposições penais uniformes para as transgressões. Ao mesmo tempo, devem ser sujeitos à Lei das Multas Administrativas, para que possam ser tratados neste procedimento simplificado, de acordo com o seu significado menor no âmbito do direito penal. Além disso, a Confederação deve examinar mais detalhadamente se os organismos de controlo têm acesso aos locais a controlar sem que já exista uma suspeita concreta de infracção, ou se deve ser criada a base jurídica correspondente.

Confederação para compensar os cantões pelos custos de controlo e execução

Tal como com as portarias sobre escassez de gás, o governo federal também quer delegar nos cantões – para além de outros organismos – a responsabilidade pelo controlo e aplicação da lei em caso de escassez de electricidade; no entanto, não entra em pormenores sobre a forma

como as despesas extraordinárias correspondentes devem ser financiadas. Uma vez que a responsabilidade pelo tratamento da falta cabe à Confederação e esta emite os regulamentos correspondentes, o esforço de controlo e execução delegado aos cantões deve também ser compensado pela Confederação.

As quotas fazem sentido, mas com diferenciações

O Conselho de Governo também critica as duas portarias sobre a taxa de quota imediata e sobre as desconexões da rede. A taxa de quotas como instrumento para reduzir a procura de energia faz sentido em princípio. No entanto, para muitos grandes consumidores (especialmente também grandes propriedades), uma taxa de quotas por dia com um tempo de preparação de alguns dias não é viável. Na opinião do Conselho de Governo do Cantão de Aargau, nem todos os grandes consumidores deveriam ser cobrados a mesma taxa. Os consumidores relevantes em termos de abastecimento, nomeadamente as empresas de produção de alimentos e medicamentos, as instituições relevantes em termos de abastecimento de água e segurança, tais como os serviços de emergência, hospitais e prisões, deveriam ter de poupar significativamente menos. Além disso, é motivada uma diferenciação das taxas das quotas de acordo com o sector, bem como a análise de um mercado de resposta voluntária à procura. Desta forma, os sectores intensivos em energia podem dar um contributo muito maior para a poupança de electricidade em troca de compensação do que no "princípio do cortador de relva" com uma taxa de quota uniforme.

Não implementar desconexões da rede

As desconexões da rede abrigam vários problemas que ou não realizam as economias desejadas ou põem em perigo vidas e infra-estruturas. Por esta razão, o cantão de Aargau assinalou cedo que a fase de "desconexões da rede" teria graves consequências e deveria, portanto, ser dispensada. Durante o planeamento de contingência, a task force cantonal sobre segurança de aprovisionamento determinou que esta medida não poderia ser implementada como planeado ou que estaria associada a problemas graves. No caso de cortes de energia, os consumidores relevantes para o fornecimento, tais como lares de idosos ou outras instalações de saúde e cuidados, não podem ser excluídos por razões técnicas. No caso de instalações de infra-estruturas de comunicação, ligar e desligar regularmente pode levar a danos no sistema; como resultado, os transportes públicos e instalações de produção críticas para o sistema teriam de cessar as operações – independentemente da disponibilidade de energia. O conselho governamental propõe-se, por conseguinte, dispensar a medida de encerramento da rede e, em contrapartida, fazer face a uma situação de escassez de

electricidade com quotas aumentadas e/ou voluntárias (mercado de resposta do lado da procura).

Continuar a compensação de trabalho a tempo reduzido análoga à solução Covid

O Conselho de Governo é de opinião que, em caso de escassez de electricidade, a compensação de trabalho a curto prazo de 80% significa uma redução drástica para os trabalhadores assalariados e é particularmente insuficiente para os trabalhadores com baixos salários. Tais cortes são também relevantes para a economia nacional, razão pela qual devem ser aqui encontradas soluções. Durante a pandemia do coronavírus, o seguro de desemprego introduziu o seguinte regulamento de 1 de Dezembro de 2020 a 31 de Dezembro de 2022: Para os trabalhadores cujo rendimento mensal é inferior ou igual a 3.470 francos suíços para um emprego a tempo inteiro, a compensação de trabalho a tempo reduzido é de 100% do salário perdido. O cantão de Aargau exige que este regulamento para os trabalhadores com baixos salários seja prorrogado durante o período de validade das presentes portarias e que as reduções salariais devidas ao trabalho a tempo reduzido sejam amortecidas.

A consulta está disponível na Internet em: www.ag.ch/vernehmlassungen > Federal consultation procedure > [ENERGY: Electricity management measures](#)

Mais informações para os representantes dos meios de comunicação social:

Peter Buri, Porta-voz do Governo, Chancelaria do Estado

Telefone 079 216 29 80 (disponível na sexta-feira, 9 de Dezembro de 2022, irá telefonar de volta)